

AMIGOS DE Bragança

XLIX Ano | 10.ª Série | N.º 6 | Outubro de 2004 | Preço 2 € | Rua Almirante Reis, 33, 2.º E | 5 300 - 077 Bragança



HABINORDESTE
SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.
Especialistas em construção
www.habinordeste.com
(Ler pág. 21)



Edgar Gata

Prioridade à cultura em

Freixo de Espada à Cinta



Na vida há grandes saltos que se dão porque está alguém ao lado para apoiar.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
UM GRUPO AO SEU LADO



A dimensão do problema educacional



Henrique Ferreira

O XIV Recenseamento Geral da População e da Educação, realizado em 2001, permite-nos construir nova ideia rigorosa dos nossos problemas educacionais. Foram já publicados, em 2003, os resultados definitivos, em oito volumes. É com base nestes resultados, e na perspectiva global do país, que passo a analisar, tanto quanto me é possível num artigo destes, o que tenho chamado de problema educacional português, e que o Quadro anexo retrata bem.

Este problema tem muitas facetas: analfabetismo literal (*é difícil quantificar o funcional, não menos preocupante*), abandono escolar, frequência escolar, grau académico obtido pela população, tipo de cursos realizados, sobretudo no Secundário e no Superior, Educação de Adultos, entre muitas outras. A noção do problema resulta do cruzamento dos dados em relação a diferentes grupos de idades. Mas hoje só analiso duas variáveis: a população que não realizou o ensino primário/do 1º Ciclo e os graus académicos obtidos por diferentes grupos de idades.

Em 2001, estávamos 27 anos para cá do «25 de Abril», 31 da «batalha da educação» de Marcelo Caetano e Veiga Simão, 33 sobre o uso, pela primeira vez em Portugal, da expressão «*democratização do ensino*», por Américo Tomás, 50 sobre a tese da instrução como condição para a auto-

nomia e para o desenvolvimento (*Henrique Veiga de Macedo*), 54 sobre a tese da educação como base do progresso económico (*António Pires de Lima*).

E, no entanto, os resultados têm um sabor amargo como que a dizer que, afinal, a escola pouco consegue fazer quando a sociedade, antes da escola, não deu progresso, bem-estar, condição económica, cívica e, mesmo, cultural às famílias.

Nas minhas reflexões, tenho-me debatido frequentemente com a ideia importada da teoria do capital humano, iniciada por Theodore Shultz, em 1946, de que a educação é o principal factor de desenvolvimento económico, humano e social e tenho concluído, infelizmente, que, apesar das medidas de apoio sócio-económico aos alunos, iniciadas em 1972 e generalizadas em 1974, a importância e a força dos factores desenvolvimento económico, cultural e social das famílias, antes da escola, condicionam determinantemente a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e dos alunos, em geral.

Numa escola genericamente indiferenciada positivamente, como é o infeliz caso da escola portuguesa que ainda temos de apelidar de classista e marginalizadora das crianças e dos alunos com mais dificuldades e com menos condições económicas, culturais e sociais, nem as ajudas sócio-económicas aos alunos são suficientes nem existem programas de orientação educacional e escolar nem ainda os programas de diferenciação curricular e pedagógica estão suficientemente assimilados pelos professores, faltando também condições bastantes para a sua execução satisfatória.

Ora, nem de propósito, vieram ontem a lume os resultados de novo estudo sobre a pobreza em Portugal (*Público*, 14/9, *Economia*) dizer-nos que 2, 250 milhões de portugueses vivem abaixo do limiar de pobreza, com menos de 400 euros mensais, ou seja, com menos de 60% do ordenado médio nacional. E que mais cinco milhões de portugueses vivem com menos de 600 euros mensais.

É fácil compreender assim o mau desempenho dos alunos, dos professores e dos pais portugueses na escola. Apesar da evolução dos últimos 35 anos, reforçada nos últimos 25, em 2001, aos 11 anos, 17,13% das crianças não tinham ainda completado o 4º ano do 1º ciclo. Aos 13, 28,78% dos pré-adolescentes não tinham completado o 2º ciclo. Aos 16, 39,13% dos saídos da adolescência não tinham completado o 3º ciclo. Aos 19, 67,63% dos jovens não tinham completado o ensino secundário. E, aos 23, apenas 7,41% dos jovens tinham completado o ensino superior, bacharelatos incluídos.

As taxas máximas de realização de cada ciclo, que a seguir descrevemos, e longe ainda do desejável, atingem-se sempre entre quatro a sete anos para lá do último ano da idade biológica mínima: aos 16 anos para o 1º ciclo (98%); aos 19 para o 2º ciclo (92%); aos 21 para o 3º ciclo (74,57%); aos 22, 23 e 24 anos, teimosamente nos 45% de realização, para o secundário; e aos 25 para o superior (15,28%). Isto significa que, se não fosse a Educação de Adultos, tão maltratada nos últimos quatro anos, ficaríamos muito abaixo destes indicadores

O quadro é elucidativo e ex-

plicativo porque nos fornece a imagem da dinâmica da formação da população, em 2001, e nos permite ainda verificar a evolução dessa dinâmica, desde 1935. Verificamos que, até 1950, Portugal foi um deserto escolar. Em 1950 começou-se a dar os primeiros e tímidos passos na expansão da escola primária. Em 1965, na do 2º ciclo. Em 1976 na do 3º ciclo. Em 1980 na do Secundário. E em 1990 na do Superior. Os resultados são problemáticos e convidam-nos a abraçar muitas paixões pela educação. Analisemo-los.

Começemos pelo 1º Ciclo, antiga instrução primária. A taxa menor de não realização deste nível de ensino só se conseguiu aos 16 anos de idade, com 2,03% da população sem este grau. Se olharmos para trás, o panorama é muito mais desolador. Nas pessoas com entre 65 e 74 anos, havia uma média de 49% sem o ensino primário e, mesmo nas pessoas entre os 50 e os 59 anos, pessoas já entradas na escola, desde o início dos anos 50, tal não realização é de 20%. E considero inacreditável que as pessoas com entre 30 e 39 anos, gente praticamente toda do pós-25 de Abril, ainda apresentem 5,36% de média de não realização deste nível de ensino.

Esta análise é comum a todos os restantes níveis de ensino e, à medida que caminhamos para o superior, os números de realização baixam quer em relação aos níveis anteriores quer em relação à idade das pessoas.

Assim, aos 19 anos de idade, sete anos depois da idade normal de consecução do 2º ciclo, atingimos o máximo de realização deste nível de ensino, 92%. Entre as pessoas de 30 a 39 anos, 66%. Entre as dos 50 a 59 anos, apenas 24%. E entre as dos 65 a 74, apenas 15,5%.

Para o 3º Ciclo, consegue-se a taxa de maior realização aos 21 anos, sete anos depois da idade normal, com 74,57%. Entre as pessoas de 30 a 39 anos, 44,5%. Entre as dos 50 a 59 anos, ape-

nas 22,5%. E entre as dos 65 a 74, apenas 12%.

Para o Ensino Secundário, consegue-se a taxa de maior realização aos 22,23 e 24 anos, quatro a seis anos depois da idade normal, com 45%. Entre as pessoas de 30 a 39 anos, 27,5%. Entre as dos 50 a 59 anos, apenas 14,5%. E entre as dos 65 a 74, apenas 7,5%.

Finalmente, o ensino superior, incluindo bacharelatos e licenciaturas. A maior frequência escolar consegue-se aos 21 anos, com 32,64%. Seguem-se a dos 20 anos, (29,33%), a dos 22 anos (28,48%), a dos 19 (25,37%) e a dos 23 (22,49%). %. A maior taxa de consecução deste nível de ensino consegue-se no grupo dos 25 aos 29 anos, entre três e sete anos depois da idade normal, com 15,28%. Aos 22, idade normal de conclusão, só temos 2,8% de realização. Aos 23, 7,41. E aos 24, 11,52%. Entre as pessoas de 30 a 39 anos, 11% tinham conseguido um curso superior. Entre as dos 50 a 59 anos, apenas 6%. E entre as dos 65 a 74, apenas 2,5%.

Há muitos outros elementos a considerar, designadamente em relação ao Secundário e ao Superior, essencialmente na distinção entre vias académicas e vias tecnológicas e profissionalizan-

tes mas o essencial é conhecido: 25% dos alunos, menos de metade do que seria desejável (60%), frequentam as vias tecnológicas e profissionalizantes no ensino secundário. Apenas 30% dos alunos, menos de metade do que seria desejável (70%) frequentam estas vias no ensino superior.

Face a esta análise e a estes números, fica explicado o atraso de Portugal. Temos um longo caminho a percorrer. Mas não o conseguiremos percorrer sem lhe conhecermos os obstáculos. Não podemos, em caso algum, abdicar de alcançar 99% de sucesso no 1º ciclo, 98% no 2º ciclo, 97% no 3º, 90% no Secundário e 40% no superior. Estamos muito longe disso. Por isso, não há tempo a perder.

Os progressos educacionais que, nestes últimos 35 anos se fizeram, face às condições económicas, sociais e culturais da população portuguesa são, apesar de tudo, encorajadores e remetem-nos para a defesa intransigente da construção da igualdade de acesso e de sucesso na escola, através do apoio social e escolar aos alunos mais em dificuldades, e para a defesa intransigente deste ideário face às investidas que a «Direita» radical insiste em fazer contra ele.

Evolução das habilitações académicas dos portugueses, por idades, expressas em percentagem do total da população para cada grupo de idades.

Idades	População no grupo de idades	Sem Grau escolar	Com o 1º Ciclo	Com o 2º Ciclo	Com o 3º Ciclo	Com o Secund.	Com o Superior
11	0.113.700	17,13	79,4	3,47	-----	-----	-----
14	0.121.000	2,77	97,37	81,82	7,89	-----	-----
16	0.133.500	2,03	97,97	88,62	60,87	-----	-----
21	0.152.000	2,47	97,53	91,52	74,57	43,5	0,57
24	0.168.800	2,94	97,06	87,34	67,26	45	11,52
25-29	0.814.650	3,68	96,32	82,63	59,97	40,52	15,28
30-39	1.532.200	5,36	94,64	66	44,5	27,5	11
40-49	1.414.600	7,90	92,10	43	30	18	6,25
50-59	1.213.950	20	80	24	22,5	14,5	6
65-74	0.992.110	49	51	15,5	12	7,5	2,5

Nota explicativa do quadro: os níveis de realização inferiores englobam todos os restantes. Assim, a percentagem de alunos diplomados com o Secundário, foi obtida pela soma dos diplomados com o secundário e com o superior e assim sucessivamente. No caso dos grupos de idades agrupados em classes (a partir dos 25 anos), obteve-se a média de realização dos cinco anos (25-29) e dos 10 (restantes classes).

AMIGOS de Bragança

Revista Mensal de Informação
e Estudos Regionalistas

Fundadores

Francisco Felgueiras
Eduardo Carvalho

Proprietário

Fernando N. R. Calado

Director

Fernando Calado

Directora-Adjunta

Maria Rita Pires

Jornalista

Inocência Pereira
Carteira Prof. n.º 4640

Grafismo

Amigos de Bragança

Publicidade:

Rua Almirante Reis, n.º 33 - 2.ª Esq

Telefone e Fax: 273 323454

Telemóveis:

968327087

964883459

E-mail: amigos@sapo.pt

5300-077 Bragança

Publicação Mensal

Registo N.º 124504
Empresa Jornalística N.º 219207
Depósito Legal N.º 5969/84
Impressão: Diário do Minho
Tiragem: 2000 exemplares

Redacção e Administração:

Rua Almirante Reis, n.º 33 - 2.ª Esq

Telefone e Fax: 273 323454,

Tlm 96 8327087

E-mail: amigos@sapo.pt

5300-077 Bragança

Editorial

Um País à beira de um ataque de nervos

O País vive num estado de alma deplorável, anímico, sem esperanças nem horizontes onde se vislumbre um raio de sol e de contentamento.

E tudo isto porque os cidadãos, paulatinamente, fizeram a penosa aprendizagem da democracia que tudo remete para a força do voto e para o respeito pelas maiorias.

Durão Barroso fez-se ao largo e deixou o País mergulhado no luto psicológico da ausência do líder que resultou da vontade do Povo, expressa no sinal incontestável do voto. Por isso, o País está a viver esta orfandade psicológica da ausência dum símbolo democrático ao nível do Poder. É que este Governo, mau grado o Presidente da República diga, que é um Governo como outro qualquer, com o devido respeito achamos que não, pois falta-lhe a força, a respeitabilidade, e porque não dizer, a legitimidade democrática que só resulta da contagem isenta dos votos. É que os portugueses não votaram somente no PSD/PP, votaram na credibilidade, mais ou menos reconhecida e nas promessas de Durão Barroso. A sua ausência criou o vazio da representatividade e por isso o País que não funciona só ao nível da racionalidade e da objectividade, entrou num processo de desencanto, de medo existencial, produto duma construção subjectiva e simbólica, ao nível duma consciência grupal que precisa de se rever no seu líder, no seu chefe, que nas sociedades democráticas resulta da expressão mais legítima da vontade popular.

Por outro lado este Governo ainda não soube encontrar-se com o verdadeiro Povo, com o Povo que trabalha, que vai à festa e aos funerais, que reza e pragueja, que ri e se emociona, que tem alma, porque este Governo vive o pesadelo de não se sentir reconhecido, e por isso procura apoios no grande capital, numa bebedeira permanente do caviar lisboeta e na ausência total do cheiro a sardinha assada do Portugal profundo, principalmente do interior.

Um Governo que silencia a palavra dos seus pares, nomeadamente do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, vive medos e pavores que resultam da ausência da força animista do apoio popular, porque não viveu a emoção da vitória, partilhada com os companheiros, ou camaradas, no Domingo à tarde, dia de eleições.

Depois, o Povo grita, os autarcas do nosso Distrito já murmuram a inoperância e a ausência de acção governativa, as classes trabalhadores, novamente, começam a falar em luta de classes e Portugal tomou-se numa gigantesca oposição.

Um Governo que não sente o apoio dos seus pares, morre por dentro, no desconsolo dos salões ensombrados dos Ministérios e por isso fica sem alma que sinta o Povo, as suas lágrimas, os seus lutos e as suas revoltas.

Uma Professora saiu de casa. Embrulhou a filha no xaile quente e fez-se à rua, num grito que já não cabia nas quatro paredes do seu apartamento. Nestes últimos concursos seria a primeira da lista e por isso ficaria colocada numa escola de Bragança. Azar o seu, o seu nome pura e simplesmente foi banido das listas graduadas. Outros candidatos menos graduados do que ela foram colocados!

Esta Professora, fez-se revolta, choro, grito, drama, ninguém ao nível do Poder a ouve, o Ministério desliga os telefones, ou as linhas estão sobrecarregadas.

Esta Professora vive sozinha um drama do qual não é responsável, enquanto a senhora Ministra, na calma do dever cumprido, reconfirmado por uma trupe de assessores subservientes, diz que está tudo bem!

Milhares de Professores vivem este drama, esta revolta, esta incapacidade. Não é justo, quando a escola defende, perante os seus alunos, os direitos e as liberdades individuais.

O Ministério da Defesa, onde o *não-soldado* Portas faz a sua guerra nos padrões antiquíssimos e burlescos da Raul Solnado, viu o seu orçamento para 2005 engordar vergonhosamente, enquanto que o Ministério da Educação que se bate com mil "guerras" reais e que é necessário pacificar, viu o seu orçamento diminuir, num País à beira do colapso e onde a educação e o ensino são fundamentais para garantir um futuro honrado e de sucesso para nós, e principalmente para os nossos filhos.